



ASCOM TRE-RJ

“ Devemos estimular o engajamento dos eleitores ao sistema eleitoral de forma voluntária, sem usar meios coercitivos”

Edson Vasconcelos

Desembargador

O desembargador Edson Vasconcelos deixou a Presidência do TRE-RJ no último dia 2 de dezembro. Antes, havia exercido a Vice-Presidência da Corte entre 2 de dezembro de 2013 e 18 de fevereiro de 2015. Como desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, atua na 17ª Câmara Cível. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Lisboa, o magistrado é autor de cinco livros, o último sobre *Direito fundamental de cidadania ou direito a ter direitos*, publicado pela editora curitibana CRV, em 2012. Nesta entrevista, o desembargador fala sobre princípios que orientaram a sua gestão.

JEED: Em menos de um ano, a sua gestão estendeu o recadastramento biométrico a 6 milhões de eleitores, mais de 50% do eleitorado fluminense. Na sua opinião, a biometria significa mais credibilidade e legitimidade ao processo eleitoral?

EDSON VASCONCELOS: A história do processo eleitoral no Brasil é repleta de episódios tendentes a desqualificar o voto do eleitor, mediante utilização de fraudes em diversas modalidades, pois o nosso sistema de identificação civil se inicia pelo registro civil em cartório extrajudicial, serventia que conta com milhares de estabelecimentos no território nacional. Uma pessoa de má-fé, contando com registros de nascimentos falsificados, pode cadastrar-se no serviço eleitoral assumindo identidades diversas. Além disto, pelo sistema documental físico tradicional, é possível uma pessoa votar em nome de outra, se houver conivência dos envolvidos em determinadas eleições. O sistema biométrico acaba com esta prática nefasta, já que identifica a pessoa por suas impressões papilares, que jamais se repetem na natureza, à semelhança do que acontece com as listras das zebras.

JEED: Assistimos neste ano, ainda, a um esforço para julgar as Ações de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) das Eleições 2014. Mesmo a Justiça Eleitoral sendo reconhecida como célere, essa iniciativa foi pioneira. O senhor quis atender esse desejo difuso da sociedade de ver as irregularidades julgadas sem que o tempo do mandato eletivo avance? O que motivou essa iniciativa?

EDSON VASCONCELOS: A ação de investigação judicial eleitoral é utilizada para apuração de condutas abusivas do poder econômico ou político durante a campanha eleitoral, tendo por consequência a inelegibilidade do candidato investigado. Por isto, a resposta da Justiça Eleitoral deve ser célere, sob pena de se manter no exercício do cargo, como agente político, uma pessoa sem legitimidade para tanto. Mas neste ponto, o mérito não é só do presidente, mas de todos os membros e funcionários da Corte, os quais se empenharam para que a iniciativa tivesse êxito.

JEED: Na sua gestão, os servidores do quadro tiveram preferência nas nomeações para cargos comissionados. Essa orientação foi apenas técnica ou é um princípio político-administrativo?

EDSON VASCONCELOS: Os cargos em comissão destinam-se exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento, de acordo como o inciso V da Constituição Federal, e devem ser preenchidos por pessoas qualificadas tecnicamente. Atuei como membro substituto neste Tribunal por

dois anos e, nesse período, pude observar que o quadro funcional é de elevado nível, intelectual e técnico, contando com funcionários de diversas categorias profissionais. Por esta razão, quando assumi a Presidência, aproveitei a “prata da casa”, mantendo-me também atento aos princípios constitucionais da moralidade e eficiência administrativa, que não se compadecem com práticas que põem em relevo interesses pessoais em detrimento do interesse público.

JEED: O senhor mostrou entusiasmo com iniciativas que valorizam o trabalho do mesário, como o I Concurso de Contos. Esse é um caminho que a Justiça Eleitoral deve seguir?

EDSON VASCONCELOS: Não tenho dúvida quanto a isto. Nas eleições, a Justiça eleitoral é composta, em grande maioria, por agentes honoríficos, que trabalham sem remuneração, atendendo apenas aos deveres cívicos e de cidadania estabelecidos em lei. Por esta razão, devemos estimular o engajamento dos eleitores ao sistema eleitoral de forma voluntária, sem usar meios coercitivos, que em nada contribuem para a eficiência do serviço eleitoral. Por outro lado, esse procedimento fortalece a cidadania e a democracia brasileiras, que não funcionam a contento sem uma Justiça Eleitoral bem estruturada.

JEED: O senhor escolheu o prédio histórico da primeira de março, antiga sede do TRE-RJ, como palco para a solenidade de entrega da Medalha do Mérito Eleitoral em 2015. Esse gesto é uma reverência com a história institucional?

EDSON VASCONCELOS: Aquela joia arquitetônica acolheu a Justiça Eleitoral durante exatos cinquenta anos, período em que lá pontificaram magistrados e advogados dos mais expressivos da nossa história política e jurídica, mencionando-se, para ilustrar, José Linhares, que assumiu a Presidência da República por breve período, após a redemocratização do país em 1945. Pode-se citar ainda Waldemar Falcão, Lafayette de Andrada, Hahnemann Guimarães, Haroldo Valadão, Luiz Gallotti, Mário Guimarães, Nelson Hungria, Miguel Seabra Fagundes, Edgard Costa, Ary de Azevedo Franco e muitos outros que não se pode enumerar nesta breve referência. A história das instituições não se pode perder no tempo, nem nas conveniências passageiras de eventuais dirigentes. Se dependesse de mim, o prédio da Rua Primeiro de Março seria a sede do Tribunal e as instalações da Avenida Presidente Wilson funcionariam como centro administrativo.

JEED: Esse olhar para a história do Tribunal e a sua própria trajetória pessoal revelam que o senhor preza o refinamento intelectual, traduzido na formação acadêmica que inclui o doutoramento em Direito em Portugal. O senhor acredita que a educação é o caminho para uma cidadania mais forte?

EDSON VASCONCELOS: Costumo dizer que um povo educado caminha sozinho e não precisa que ninguém lhe indique os passos. Um povo deste nível, sabe o que e como fazer para obter desenvolvimento e sucesso crescentes. Infelizmente, no Brasil não se investe suficientemente em educação, o que sairia mais barato do que as políticas assistencialistas, que preferem dar o peixe em vez de ensinar a pescar. ■